



1 ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM DE
2 BAIANO DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - FBCBH.

3 No dia dezoito de Junho de 2013, na Fundação Luis Eduardo Magalhães, no
4 Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - Bahia, realizou-se a Primeira
5 Reunião Plenária Extraordinária do Fórum Baiano de Comitês de Bacias
6 Hidrográficas (FBCBH). Estiveram presentes o Secretário Estadual do Meio
7 Ambiente, Eugênio Spengler, o Coordenador Geral do Fórum e membro do
8 Comitê da Bacia do Itapicuru, Paulo Muricy, Almacks Silva membro do Comitê
9 da Bacia do Salitre, Odair Leite e Elisa Zancanaro - Comitê da Bacia do Rio
10 Grande, Francisco Ivan Aquino – Comitê da Bacia de Sobradinho, Bruno Jardim
11 – Comitê da Bacia do Paraguaçu, José Fernandes da Silva – Comitê da Bacia
12 do Verde-Jacaré, Aurelino Barros Meira – Comitê da Bacia do Contas, Maria
13 Lúcia Góes Brito – Comitê da Bacia do Leste, Fernando Almeida e Sérgio Bastos
14 – Comitê da Bacia do Recôncavo Norte, Yuri João Pithon - Bacia Recôncavo
15 Sul, Maísa Flores e Maria do Carmo – Inema, Carlos Romero – Comitê Estadual
16 da Reserva da Biosfera da Caatinga (CERBCAAT), Almir Requião – ONG
17 Manguezal Meu Quintal, Mariana Mascarenhas, Emily Laurentino e Marília
18 Gavazza da Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais da Sema. O
19 Coordenador Paulo Muricy cumprimentou a todos e como havia *quórum*
20 regimental foi aberta a sessão. Constaram em pauta: Balanço dos planos de
21 bacias hidrográficas baianas; Estratégia de cobrança pelo uso de recursos
22 hídricos; Desenvolvimento do sistema de outorga; Leitura e aprovação da ata
23 das reuniões anteriores (24.09.2012 e 14.12.2012); Proposta de moção de
24 recomendação 01/2013; Notícias sobre XV Encob – Encontro Nacional de
25 Comitês de Bacias Hidrográficas e Reunião do Colegiado Coordenador do
26 Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - FNCBH, o que ocorrer e
27 encerramento. O Coordenador Geral cumprimentou a todos e passou a palavra
28 ao Secretário, senhor Eugênio Spengler, que informou que a Secretaria
29 Executiva dos Colegiados Ambientais da Sema – Secex/Sema fará a Secretaria
30 Executiva do Fórum, inclusive da elaboração das Atas e que as reuniões serão
31 gravadas da mesma maneira que ocorre com o Conselho Estadual de Meio
32 Ambiente – Cepam, Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh e
33 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia – CIEA-Ba.
34 Também falou da intenção de que o Fórum seja convidado a participar das
35 reuniões conjuntas dos Colegiados Ambientais. O Secretário mostrou a intenção
36 de resolver a questão de custeio dos pequenos usuários de recursos hídricos
37 que estão com dificuldades de participar das reuniões do Fórum e também das
38 reuniões dos Comitês de Bacia, mas ressaltou que essa negociação não
39 depende exclusivamente de decisão da Sema e Inema, uma vez que há um
40 decreto que regulamenta a concessão de diárias para todos os colegiados da
41 estrutura do Estado. O Coordenador Muricy comentou que está na pauta a



42 proposta de recomendação para que o Conerh, a Sema e o Inema busquem
43 alternativas para a questão do custeio desses pequenos usuários e o Sr.
44 Secretário pediu que fosse encaminhada a recomendação à Sema para ajudar
45 na argumentação junto a Casa Civil para que a questão seja abordada com mais
46 pertinência, uma vez que parte de uma solicitação do Fórum. Antes de abordar
47 os temas previstos na pauta, o Secretário, fez uma contextualização sobre os
48 instrumentos de planejamento e gestão que estão sendo construídos no Estado
49 como é o exemplo do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE que passará por
50 consulta em reunião conjunta dos 05 (cinco) colegiados que é um formato mais
51 produtor e mais completo por permitir a contribuição de vários setores. O
52 Secretário reafirmou entender desde 2011, que o grande desafio da gestão
53 ambiental é o planejamento e a organização do território e para tanto é
54 necessário ter implementado um conjunto de instrumentos de gestão que estão
55 previstos nas Políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Comentou
56 ainda que, de todos esses instrumentos, apenas o licenciamento e a outorga
57 foram implementados e ainda com muitas fragilidades que existem não por falha
58 da equipe técnica, mas porque, para serem melhor trabalhados é necessário que
59 os demais instrumentos estejam minimamente disponíveis para apoiar as
60 decisões técnicas. Ponderou que a necessidade de, pelo menos, 05 (cinco)
61 instrumentos de gestão funcionando de maneira integrada: o ZEE, os planos de
62 bacia, o mapeamento da cobertura vegetal - em breve será assinado o contrato
63 do mapeamento, o inventário de espécies ameaçadas de extinção e o
64 mapeamento de áreas prioritárias para a preservação. Esses 05 (cinco)
65 instrumentos, além de cumprirem importante papel de maneira isolada, devem
66 estar integrados de maneira a permitir uma melhor visualização do que temos no
67 Estado e podermos planejar nossas ações para a construção do que queremos.
68 Esse tipo de mapa, ressaltou o Secretário, permitirá maior segurança aos
69 gestores, aos técnicos e inclusive permitirá melhor compreensão de áreas mais
70 adequadas para expansão econômica como gostam de denominar determinados
71 setores produtivos. O Secretário afirmou que, em seu entendimento, esse é o
72 caminho mais seguro para que se alcance qualidade ambiental e qualidade na
73 gestão de recursos hídricos e na própria gestão do desenvolvimento
74 propriamente dito. Com relação à cobrança pelo uso da água o Secretário
75 manifestou a intenção de que se leve o quanto antes esse debate para o Conerh
76 e que se inicie a cobrança pela Bacia do Recôncavo Norte e, posteriormente, a
77 cobrança no Oeste do Estado. De acordo com a opinião do Sr. Secretário é
78 preciso pensar em mecanismos que qualifiquem a cobrança, inclusive que
79 tragam critérios para a cobrança, que criem situações de incentivo a
80 investimentos em tecnologias mais adequadas, investimentos em sistemas de
81 reuso de água, captação de água da chuva entre outros. Sérgio Bastos, CBH
82 Recôncavo Norte, chamou atenção para um debate que vem acontecendo



83 nacionalmente que é a percepção de alguns segmentos de que mesmo
84 investindo em tecnologias e melhorias, o custo da água aumenta porque, com a
85 cobrança e a criação de agências, é preciso viabilizar financiamento para o
86 funcionamento dessas agências e isso acaba onerando o empresário ou
87 produtor que investiu para economizar dinheiro e o próprio recurso hídrico.
88 Almacks Silva, CBH Salitre, relatou o caso de que o SAAE – Serviço Autônomo
89 de Água e Esgoto pagou à AGB Peixe Vivi – Associação Executiva de Apoio a
90 Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, R\$ 343.000,00 (trezentos e quarenta
91 e três mil reais) pelo uso da água em Juazeiro que tem mais de 200.000
92 (duzentos mil) habitantes e a empresa Agro Vale que consome água de 02
93 (duas) Juazeiro, água de 400.000 (quatrocentas mil) pessoas pagou R\$ 9.700,00
94 (nove mil e setecentos reais) pela cobrança. Portanto, concluiu o Sr. Almacks, é
95 preciso que a água utilizada para beber tenha uma oneração menor que a água
96 para produção industrial ou agropecuária. Com relação às intervenções sobre
97 cobrança o Sr. Secretário acrescentou que é acordo dentro do Governo do
98 Estado que se crie 02 (duas) agências independentes, uma região hidrográfica
99 do Leste e outra no São Francisco, mas que sigam os moldes do que ocorre na
100 Bacia do São Francisco com entidade delegatária que acaba sendo um pouco
101 mais barato. Ressaltou, ainda, que, no caso do São Francisco, a orientação é
102 que esteja integrado a Agência Única do São Francisco, mas que isso ainda
103 depende de articulação. Com relação ao custo de administração das agências,
104 em sua opinião, o Estado deveria arcar com isso até porque não é um custo tão
105 alto e o arrecadado com a cobrança deve ser investido em melhorias na própria
106 Bacia, mas que isso ainda deve ser decidido. De qualquer maneira, afirmou que,
107 enquanto não houver agências criadas ou enquanto os comitês não adiram a
108 agências já criadas, o Inema cumprirá essa função que é uma determinação
109 legal, inclusive. O Secretário fez questão de deixar claro que essas agências
110 não são agências reguladoras de mercado como é o caso na ANEEL – Agência
111 Nacional de Energia Elétrica ou a ANATEL – Agência Nacional de
112 Telecomunicações ou mesmo a ANP – Agência Nacional de Petróleo, até
113 porque não existe ainda um mercado de recursos hídricos. Essas agências
114 também não cumprirão o papel do Estado como órgão gestor da Política, isso
115 continuará sob responsabilidade do Inema. Essas agências apenas cumprem o
116 papel administrativo, de secretaria executiva e de administradora do recurso,
117 não lhe cabendo nem mesmo definir como o recurso será utilizado. Finalizando o
118 debate sobre cobrança o Secretário anunciou que está sendo finalizada uma
119 minuta de resolução sobre Cobrança que deverá ser analisada e melhorada pelo
120 Conerh e que, assim que esse debate for levado a este colegiado, pedirá que
121 seja socializado com os membros do Fórum Baiano de Comitês de Bacias
122 Hidrográficas. O Sr. Antônio, CBH Recôncavo Norte, questionou sobre quando
123 haverá o debate e a implementação da função social da água e o Secretário,



124 Eugênio Spengler, falou sobre a importante de que num processo de Balanço
125 Hídrico, exista um limite claro para uso econômico, além do que deve ser
126 destinado a vazão ecológica, abastecimento humano, dessedentação animal e o
127 que deve ser destinado para agricultura familiar de maneira a garantir a
128 segurança e a sustentabilidade
129 alimentar. Em sua opinião, o Governo do Estado acertou em apostar no
130 programa Água para Todos e ao estabelecer critérios que priorizam a
131 universalização do abastecimento humano. Com relação aos Planos de Bacia o
132 Secretário salientou que eles deverão dar conta do cadastro, do enquadramento
133 do corpo hídrico, do estudo de disponibilidade do balanço hídrico e preparar a
134 base fundamental para a cobrança de recursos hídricos. O Secretário reforça
135 fala do senhor Paulo Muricy sobre o cuidado de não transformar as outorgas em
136 licenciamentos ambientais, pois as outorgas são limitadas à disponibilidade de
137 água, levando em consideração a qualidade da mesma. Enfatizou que a SEMA
138 se empenhará em otimizar a gestão dos recursos hídricos, criando critérios para
139 a outorga e desenvolvendo um sistema informatizado e público, ao qual todos
140 possam ter fácil acesso e que contenha informação sobre os processos de
141 outorga, além de ter informações detalhadas sobre o estado das bacias
142 hidrográficas da Bahia. O Sr. Bruno Jardim, CBH Paraguaçu, pontuou sobre a
143 necessidade de criar critérios específicos de outorga para as diferentes regiões.
144 O Secretário esclareceu que isso deve ser discutido na Resolução que deve ser
145 construída pelo CONERH. O Sr. Aurelino Barros, do CBH Contas, traz
146 questionamentos da última reunião do CBH Contas acerca dos resultados das
147 denúncias feitas em relação a um projeto que está sendo implementado em Rio
148 de Contas, sobre a ferrovia leste – Oeste e, por último, sobre o lançamento de
149 entulhos numa passagem molhada na Barragem da Pedra. O Secretário
150 informou que as fiscalizações foram feitas e se comprometeu a enviar os
151 resultados para o Comitê. Especificamente em relação à ferrovia, esclareceu
152 que o licenciamento foi feito pelo IBAMA, cabendo ao INEMA a concessão da
153 outorga de intervenção apenas. O Sr. Yuri Pithon, do CBH Recôncavo Sul,
154 agradeceu ao Inema e à SEMA pelo envio de representantes no Seminário do
155 Comitê de Bacia Hidrográfica Recôncavo Sul e entregou ao Secretário Eugênio
156 Spengler um abaixo assinado solicitando a criação de uma Unidade de
157 Conservação em Santo Antônio de Jesus. O senhor Almaks Silva agradeceu a
158 forma de diálogo estabelecido entre o secretário Eugênio Spengler e os
159 representantes dos comitês. Informou sobre as eleições para o CBH do São
160 Francisco e enfatizou a necessidade da Bahia se organizar para garantir
161 representação na executiva do CBH São Francisco. Por último, propôs que o
162 Fórum se organize junto com a SEMA para que, no próximo Encontro Nacional
163 de Comitês de Bacia – ENCOB, a Bahia apresente candidatura para sediar o
164 próximo ENCOB. A senhora Maria Lúcia do Comitê de Bacia do Leste



165 questionou o Sr. Secretário se membros do Fórum seriam custeados para
166 participarem do pré-Encob e o Encob, inclusive lembrando da importância de
167 que o GT Água e Gênero, ao qual ela pertence, se reúna nesses encontros. O
168 Secretário reafirmou custear algo (passagem e/ou hospedagem) para o Encob e
169 que irá verificar viabilidade de custeio para o pré-Encob. A senhora Maria do
170 Carmo apresentou as 25 (vinte e cinco) Regiões de Planejamento e Gestão das
171 Águas - RPGAs, as fases da elaboração dos planos de bacia: Fase A-
172 preparatória, B- diagnóstico integrado, C- consulta pública e D- planejamento
173 propriamente dita; e trouxe as datas de aprovação das bacias; RECSUL plano
174 de trabalho previsto para 27 de Junho de 2013 na cidade de Mutuípe, Bacia do
175 Rio de Contas de 19 de Junho de 2013, RECNORTE dia 04 de Junho de 2013,
176 Paraguaçu de 05 de Junho de 2013. O Senhor Paulo Muricy seguiu com a leitura
177 e aprovação da ATA das reuniões dos dias 24 de setembro de 2012 e 14 de
178 dezembro de 2012. A plenária fez a leitura e aprovou a recomendação 01/2013
179 de FFCBH para ser encaminhada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
180 CONERH, à Sema e ao Inema. O Sr. Carlos Romero do Comitê Estadual da
181 Biosfera da Caatinga – CEEBCAAT solicitou ao FFCBH que apoiasse as
182 Moções do CEEBCAAT a respeito da criação dos Comitês de Bacia hidrográfica
183 dos rios Macururé e Curaçá, além da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica
184 Carnaíba de Dentro, ambas enviadas ao Inema. Fez ainda um informe do 23º
185 ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente em
186 Aracajú, onde foi formulada uma
187 moção para a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) número:
188 115/95 que propõe modificar o parágrafo 4º do art. 225 da Constituição,
189 incluindo então, o Cerrado na relação dos biomas considerados Patrimônio
190 Nacional, assim como a moção em caráter de urgência para o Inema e Sema em
191 relação a situação do Parque Estadual de Morro Serra dos Montes Altos e do
192 conselho gestor. Informou que a próxima reunião do CEEBCAAT será nos dias
193 11 e 12/09/2013 em Umburanas. A Senhora Maria Lúcia, do CBH Leste,
194 registrou que ela e Máisa Flores foram indicadas pelo Colegiado Coordenador
195 do FFCBH para integrarem o GT de Água e Gênero criado em seu âmbito.
196 Neste momento, faz os repasses do que ocorreu em Porto Alegre no Encontro
197 Nacional do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional. Seguindo, o Senhor
198 Paulo Muricy sugeriu que exista um tempo reservado na próxima reunião para
199 indicar as representações das futuras demandas. A senhora Máisa Flores,
200 Coordenadora da Coordenação de Interação Social - Codis do Inema informou
201 que o CBH Verde Grande, que engloba Bahia e Minas Gerais, terá reunião nos
202 dias 1 e 2 de julho em Montes Claros. A sra. Máisa chamou atenção para a
203 necessidade dos CBHs entregarem os cronogramas anuais de reuniões assim
204 como todo o material produzido, como atas, listas de presença, moções e
205 demais deliberações. Informou que, visando assistir aos CBHs, os



206 representantes de Comitês das Unidades Regionais - URs terão cartão de
207 adiantamento para ajudar no custeio das reuniões dos comitês de bacias e
208 receberão kits com notebooks e Data Show. Informou também que o Comitê da
209 Biosfera da Reserva Mata Atlântica está sendo retomado nos moldes do
210 CEEBCAAT e, por último, solicitou a todos das diretorias que estejam sempre
211 presentes nos cursos de formação oferecidos aos membros dos CBHs. O
212 Coordenador, Paulo Muricy, solicitou que seja incluso nos kits que irão para as
213 URs um instrumento de gravação e sugere criação de e-mail institucional para
214 debates e socialização. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada na
215 qual eu, Dâmaris Acasan Carneiro dos Santos, lavrei esta Ata que será assinada
216 por mim e pelos membros presentes. Salvador, 18 de junho de 2013.

217

218

219 **MEMBROS:**

220 Almacks Luiz Silva

221 Aurelino Barros Meira

222 Bruno Jardim da Silva

223 Elisa Zancanaro Zanella

224 Fernando Almeida de Oliveira

225 Francisco Ivan de Aquino

226 José Fernandes da Silva

227 Maria Lúlia Góis Brito

228 Oldair D. Leite

229 Paulo Henrique Muricy Nunes Jr

230 Sérgio de Almeida Bastos

231 Yuri João Python Sampaio

232

233

234



235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250